

de superstição não peculiar aos homens que pensam. Mas o que é evidente é que os elementos sociais da atualidade brasileira são os mesmos que existiam no fim da Monarquia, com algumas modificações, já assinaladas, em São Paulo e nos Estados do sul.

A Constituição republicana sobre o restante do país exerce a mesma ação nominal que exercia a monarquia. A ação política não pode deixar de exercer-se senão através de homens bem intencionados que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo — no sentido do desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improfícuas — as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhes incumbem. (pags. 76-78)

À MARGEM DA REPÚBLICA

Vicente Licínio Cardoso

(...)

Impressionados com a “parada militar”, perturbados com a guerra civil subsequente e com a preponderância do elemento militar como governo nos primeiros anos do regime, quedaram-se os historiadores, medrosos e timoratos, sem coragem ou serenidade de explicar o ocorrido. E ninguém mostrou ainda, detalhadamente, a desorganização da riqueza agrícola a partir especialmente de 1883, época em que começou a diminuição violenta do braço escravo; ninguém discorreu com serenidade sobre a **cooperação republicana** dos maiores centros do país (São Paulo, Minas, Rio Grande, Estado do Rio, Bahia, Pernambuco), onde havia, senão partidos políticos perfeitamente organizados, pelo menos homens cultos que como professores, jornalistas ou oradores faziam a campanha e a propaganda republicana; ninguém traçou ainda o quadro largo dos **descontentes**, o **elemento amorfo** (com a gravidade de ser quase todo saído das hostes conservadoras) que não prestou nenhum apoio em defesa do trono, por isso que a emancipação havia deles tirado todo o estímulo pelo arrefecimento das energias vendo, aqueles descontentes, sem nenhuma remissão (com exceção dos fazendeiros de São Paulo que haviam recorrido à imigração e dos criadores dos estados do sul onde a escravidão fora precária) perdidas as suas riquezas, exauridos os seus cafezais sem braços que fizessem a colheita dos frutos na época propícia.

E por isso mesmo, os nossos historiadores ou evitam falar dos acontecimentos históricos da República, como Rocha Pombo e Euclides da

Cunha, ou repetem, como Nabuco, a ingenuidade da fábula de que a República foi um levante militar dos quartéis da corte, de que a “idéia republicana era quase um solilóquio” e, finalmente, que o povo assistiu o desenrolar dos fatos sem nenhum interesse por eles...

Certamente, o que se chama povo entre as nações civilizadas, não tem existência real no Brasil, analfabetos que são os maiores milhões de nossa população. É certo, ainda, não havia naquela época — como não há hoje senão escassamente — o que se poderia chamar a **educação republicana das elites**. Mas entre isso que seria de desejar tivesse havido — uma elite essencialmente republicana e uma respeitável massa eleitoral influenciando com a sua opinião nos negócios públicos pela representação de seus eleitos — e aquela fábula sediciamente repetida, e mal contada, de uma República instituída quase por acaso, há uma distância notável e lamentável, exigindo, por isso mesmo, um coeficiente redutor de todo útil e oportuno.

(...) Analisemos com probidade o presente; melhor compreendemos então o passado para que possamos com segurança projetar para o futuro. Nada escondamos. Os contratos vultosos entre a terra imensa e as populações escassas, engravescido o problema de aglutinação social com as distribuições perigosas de núcleos esparsos entre si, sem nenhum contato político, sem nenhuma osmose social e com interpenetrações mentais, de todo frágeis. A carência de **classe média**, a insuficiência de **órgãos diretores** e a deficiência palpitante de aparelhagem agrícola, industrial, comercial e bancária. Zonas imensas sem transportes ferroviários; rios magníficos sem estabelecimento de navegação adequada; cataratas imponentes perdidas nos latifúndios desertos sem utilização condigna das energias potenciais que representam; combustíveis escassos e precários, retardando a eclosão da fase industrial desejada nos centros urbanos; a dificuldade de transformação dos minérios de ferro, adiando, com encargos onerosíssimos, a solução magna e miraculosa dos nossos problemas econômicos; o divórcio da opinião pública, sem que exerçam influência direta na direção dos negócios públicos as classes produtoras, relegadas, acobardamente, a plano secundário, em face dos politíqueiros profissionais fantasiados de políticos, homens muitas vezes vazios de idéias, ou cheio demais delas bebidas em compêndios europeus sem nenhuma relação com os problemas nacionais; a ausência de **estadistas**, o alheamento da política, dos professores, dos estudantes, dos profissionais liberais, sem nenhuma reação ao eleitorado composto de funcionários públicos forçados ou de capadócios comprados com o prometimento de favores posteriores; o **sebastianismo** doentio no esperar que venha um homem salvar o marasmo endêmico com a invocação gaiata de ser brasileira a nacionalidade de Deus; o parasitismo dos que não produ-

zem, aumentando, com as fileiras enormes do funcionalismo público, os encargos dos comerciantes, agricultores e industriais onerados com impostos de contínuo alteados sem nenhum programa, sem nenhuma diretiva que não seja cobrir os deficits momentâneos de um orçamento equilibrado, sempre prometido e nunca realizado; o acobardamento do clero, distraído em procissões, na exploração de empresas funerárias ou em outros negócios secundários, sem nenhuma consciência ainda da liberdade e independência ampla de ação que lhes foram ortogadas com a separação política entre a Igreja e o Estado; a carência de instrução e de educação das massas populares, documentada nesse teor de 75% de analfabetos de letras e de ofícios sobre o montante total da população do país (descontados os menores de sete anos); a política financeira fragilíssima baseada no recurso desabusado aos empréstimos externos — lição perigosa logo aprendida pelas províncias e pelas municipalidades — e a fantasia megalomaniaca dos gastos em obras suntuosas que não rendem senão um lucro mingüado, insuficiente até mesmo para o pagamento do juros dos próprios empréstimos efetuados para o arrasamento de morros, os foguetórios caros das exposições e a açudagem louca de zonas enormes de duvidoso valor agrícola.

E, num sarcasmo do destino, tudo isso mascarado sob a mais bela e imponente das constituições políticas... (pags. 330-336)

N. da Ra: A obra **À Margem de História da República**, aqui utilizada, foi reeditada, em 1981, pela Editora da Universidade de Brasília, em dois volumes, integrando a Coleção "Biblioteca do Pensamento Político Brasileiro", nº 8. Nesta nova edição, os excertos transcritos ocorrem às págs. 57-59 do primeiro volume, e 101-104, do segundo.